

ANEXO I: Crítica detalhado ao Estudo, produzido por AfdB e WWF-Kenya chamado “Towards Large-Scale Investment in African Forestry”, de junho 2019

1.O Estudo repete as mesmas **promessas traiçoeiras e falsas** que as empresas e defensores das plantações de monoculturas sempre fazem. Por exemplo:

- “(..) *as plantações podem ter um impacto muito significativo sobre as condições de vida das pessoas, sobretudo mulheres, oferecendo emprego pago, bem como fornecendo condições para diversificação de renda.*”;
- “*Plantações também podem apoiar a biodiversidade local, reduzir a degradação do solo e melhorar a qualidade de água, tudo isso beneficiando amplamente as comunidades locais que de outra forma não teriam condições de cuidar dos recursos naturais*”;
- Plantações geram “*benefícios(..) para a qualidade do solo e abastecimento de água*”, e “*plantar árvores ajuda a combater erosão*”;
- “*Houve um ressurgimento tremendo de vida selvagem nas plantações de árvores na África do Leste e suas paisagens*”;
- “*Áreas de Alto Valor de Conservação, áreas húmidas, sítios culturais e outras áreas valiosas serão identificados por peritos (..) e geridas separadamente*”.
- Os “*programas de desenvolvimento [das empresas] para as comunidades locais são outra grande atração da reflorestação industrial em África*”;

As experiências de comunidades com plantações de monoculturas dentro dos seus territórios são completamente distintas das alegações do estudo e destas promessas falsas:

- Plantações de monoculturas de árvores em larga escala levam a um grande número de violações de direitos sociais, económicos, culturais e ambientais;
- Plantações geram pouquíssimos empregos, que são mal pagos e perigosos; Na Tanzânia, por exemplo, a empresa Green Resources obteve acesso no final dos anos 1990 a um terço das terras das comunidades de Idete e Mapanda por um período de 99 anos, porém, hoje gera apenas 1 emprego permanente em cada uma destas comunidades com milhares de habitantes;
- Plantações não só não são florestas, como levam à destruição de florestas e savanas e portanto à destruição de vida selvagem; plantações degradam solos, contaminam e secam fontes de água, destroem modos de vida comunitários;
- Além das plantações, as empresas apropriam-se de áreas de ‘alto valor de conservação’, identificadas por especialistas contratados pelas próprias empresas. Estas áreas tornam-se inacessíveis às comunidades, restringindo o seu direito de livre circulação e colocando ainda mais em risco o seu modo de vida baseado no território e suas riquezas: florestas, solo, águas, etc.; em Uganda, por exemplo, foi constatado que comunidades enfrentam uma crise de fome que resulta das restrições no acesso à terra, água e lenha impostas pelo projeto [da empresa Green Resources].
- Com a chegada destas empresas, o modo de vida tradicionais são destruídos e o número de famílias e pessoas sem-terra e sem emprego aumenta. Com isso aumentam os problemas sociais como o alcoolismo e a violência. Com a chegada de guardas, há um aumento do assédio, da violência sexual e do abuso de mulheres e meninas, um dos impactos mais graves e mais invisibilizados pelas próprias empresas, contribuindo também para aumentar a incidência de HIV/SIDA, como foi relatado por comunidades em Tanzânia.
- Os supostos projetos de desenvolvimento comunitário geralmente não são ou demoram imenso tempo até serem implementados. Para as empresas, a simples promessa destes projetos sociais, é uma das principais moedas de troca para conseguir o que é mais importante para estas: terras férteis que costumam pertencer às comunidades rurais. Os projetos sociais nunca compensam as perdas que a comunidade sofre por causa das plantações.

2. Sobre os **conflitos pela terra**, o Estudo refere-se a estes apenas como “desafios fundiários”, cuja solução proposta é “seguir o FSC e outras melhores práticas”. Os autores afirmam que “O

Fundo [que querem criar] deve focar-se ainda em projetos certificados ou certificáveis pelo FSC”.

O Estudo ignora uma extensa documentação que comprova que o FSC não resolve os problemas estruturais das plantações, principalmente a questão fundiária. E mais, as empresas têm se aproveitado do FSC para legalizar a sua posse ilegal de terras, por exemplo no Brasil. Enquanto isso, as empresas enganam os investidores e consumidores nos países industrializados da Europa, como se o produto final das plantações tivesse sido produzido de forma socialmente justa. Outro problema estrutural do FSC é que o sistema considera o modelo de plantações em monoculturas e em larga escala “sustentável”. É este modelo que é essencial para as empresas porque garante a mais alta produtividade e, portanto, o maior lucro. Mas ao mesmo tempo, é este o modelo que sempre leva ao uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, à usurpação de grandes extensões terras, de preferência terras férteis, planas e com disponibilidade de água – ou seja, terras geralmente usadas pelas comunidades -. Por último, terras onde comunidades não têm segurança fundiária são preferidas porque facilitam ainda mais o processo de usurpação. Outro problema chave do FSC é que a empresa supostamente “independente” que faz a certificação é contratada e paga pela empresa de plantações que pretende o certificado, ou seja, nunca existirá a real independência da empresa que faz a certificação. Isso enfraquece ainda mais a luta por justiça das comunidades prejudicadas pelas plantações. Até hoje, as compensações se já foram pagas às populações que perderam seus meios de subsistência sempre foram absolutamente irrisórias ou inexistentes, enquanto os danos sociais, ambientais, económicos e culturais causadas pela monocultura de árvores nas áreas rurais de África nunca foram compensados pelas empresas, nem existe forma de contabilizar estes danos, muitos destes irreparáveis.

3. O Estudo afirma ainda que Moçambique é um dos países que mais recebeu investimentos em plantações de árvores na África nos últimos 10-15 anos. E faz referência a um projeto do **Banco Mundial/IFC**, destacando que “um elemento importante da abordagem do IFC será **definir e registrar direitos a terra**”.

De fato, o Banco Mundial, além de financiar plantações, tem uma política nos países do Sul para incentivar os governos a acelerar a titulação individual e portanto a **privatização das terras**, de modo a evitar seu reconhecimento coletivo, enquanto terras comunitárias. O objetivo desta é facilitar a entrega destas terras às empresas privadas. Isso também é o objetivo da atual proposta de revisão da política de terras, anunciada pelo governo de Moçambique em pleno Estado de Emergência devido à pandemia da Covid19, dificultando ainda mais as poucas possibilidades das populações rurais se mobilizarem e intervir activamente no processo. O Banco Mundial tem promovido a entrega de terras comunitárias para o capital privado por todo o mundo. Em Moçambique, o Banco Mundial vem desde 2005 a incentivar o plantio dos agrocombustíveis, seguido pelo incentivo às plantações de árvores da empresa Portucel e apoio a outros grandes projetos destrutivos, por exemplo de mineração, deixando cada vez mais comunidades sem terras.

4. O estudo pretende enganar o leitor ao afirmar que as plantações de árvores seriam “um armazém estável, de longo prazo de carbono”, e resultam em “benefícios substanciais para o processo de adaptação” às mudanças climáticas a nível local.

Ao afirmar isso, o estudo ignora um volume cada vez maior de estudos científicos que mostram que as monoculturas de árvores são uma falsa solução climática. Para citar apenas alguns dos mais recentes: um estudo do Chile, o segundo país da América Latina com mais plantações depois do Brasil, mostra como 25 anos de subsídios públicos em plantio de árvores de monoculturas reduziu a biodiversidade sem incrementar a quantidade de carbono em biomassa na terra. Outro estudo da revista Science gera grandes dúvidas sobre a segurança de longo prazo de armazenar carbono em árvores em um mundo cada vez mais quente.

Além disso, as experiências das comunidades no mundo inteiro com plantações de monoculturas de árvores mostram que estas apenas contribuem para um ambiente local muito menos capaz de enfrentar os impactos cada vez mais perceptíveis das mudanças climáticas. Apenas uma produção diversificada, saudável sem uso de agrotóxicos e que contribui para a soberania

alimentar, pode gerar condições para enfrentar melhor a mudança climática a nível local, hoje e futuramente. Jamais as monoculturas de árvores.

5. Outra grave e falsa afirmação “O mundo precisa do tipo de plantação de árvores (..), que está a ser realizada pela **indústria brasileira de plantações**”

A verdade é que a **experiência brasileira com plantações das últimas décadas tem levada a inúmeros conflitos pela terra e degradação ambiental**. Não foi à toa que foi no Brasil que as comunidades criaram o Dia internacional de luta contra as monoculturas de árvores. Há uma vasta documentação de inúmeros conflitos pela terra, inclusive da maior empresa que atua no Brasil, a Suzano, que hoje está entre os maiores latifundiários do país com 2,1 milhões de hectares de terras com plantações num país que ainda não fez uma reforma agrária ampla. Suzano também promove as árvores transgênicas de eucalipto com impactos imprevisíveis. Os Estados brasileiros onde a Suzano é instalada devem hoje R\$ 1.8 bilhões (mais de US\$ 350 milhões) à empresa Suzano em incentivos fiscais, enquanto não conseguem garantir um serviço de saúde digno aos seus habitantes, agravado ainda mais em tempos de pandemia do novo Corona vírus. Os municípios com maior concentração de plantações desta empresa exportadora estão entre os mais pobres, ao contrário daqueles com uma agricultura diversificada em base de pequenos agricultores e sem a presença de grandes empresas latifundiárias.

6. O estudo afirma ainda que “Empresas globais de petróleo e industriais (..) querem “tornar-se parte da solução em vez de ser um problema maior. Estas estão a começar a ver o potencial dos investimentos em plantações de árvores”.

Empresas de petróleo e gás são parte integral do problema das mudanças climáticas. E não tem mostrado interesse nenhum em resolvê-lo, ao contrário, pretendem antes de tudo investir em falsas soluções, pois para estas o lucro está acima de tudo. Transnacionais do setor como a Italiana ENI e Anglo-holandesa SHELL chegaram a anunciar mega-projetos de plantação de árvores para supostamente “compensar” por suas mega-contribuições para a crise climática. O Banco Africano de Desenvolvimento é conivente com esta estratégia. Ao mesmo tempo em que o Banco financia o Estudo sobre como plantar mais árvores na África como falsa solução climática, financia ainda em Moçambique um novo megaprojeto de extração de gás de um consórcio de empresas incluindo a ENI na província de Cabo Delgado. Se estas empresas querem tornar-se mesmo parte da solução, precisam manter o petróleo e gás debaixo do solo, o que também poderia evitar as inúmeras violações ligadas a esta atividade extrativa.

7. O estudo refere o Uruguai como “o mais novo país desenvolvido com plantações florestais do mundo”

Os principais impactos negativos das plantações que ocorrem nos países do Sul global também ocorrem em Uruguai. Por exemplo, ao mesmo tempo que as plantações avançaram sobre o território uruguaio nos últimos 20 anos, a população rural reduziu pela metade. Recentemente, o povo Uruguaio assumiu uma enorme dívida devido a um contrato entre o seu governo e a multinacional finlandesa UPM, assinado sem o conhecimento da população. Por este contrato, o governo de Uruguai aceitou construir uma rede de infraestrutura milionária desde o centro do país, onde UPM decidiu construir a sua segunda fábrica de celulose, até ao porto de exportação. As pequenas cidades do interior do país e os bairros da capital sofrem as consequências diretas, como a expropriação das suas terras e os impactos das obras de desmantelamento de vias existentes, tudo para garantir o trânsito de locomotivas de carga de UPM de cerca de 800 metros de comprimento, 24 horas por dia, 365 dias por ano.

8. Outro trecho do Estudo afirma que “Historicamente, o principal obstáculo para investimentos exitosos em plantações de árvores novas na África são os baixos lucros”; “novos plantios de empresas privadas praticamente pararam nos últimos anos”

Este trecho revela mais uma vez o que realmente importa para as empresas: seus lucros. Ao mesmo tempo, os consultores ignoram de forma propositada o principal motivo pela qual a expansão das plantações tem sido travada em África: **a resistência das comunidades contra as plantações** no continente Africano. Ninguém gosta de perder sua terra, sua liberdade; suas machambas; enfrentar a fome; perder suas florestas e savanas, inclusive seus lugares sagrados. A

resistência tem sido e continua a ser o principal obstáculo ao avanço das plantações, especialmente em África onde a maioria da população ainda vive e depende do campo, das savanas e florestas.

9. O Estudo procura ainda atrair investidores sugerindo “**a possibilidade de plantar [árvores] contra custos significativamente menores** (..), mais ou menos metade do que há 10 anos atrás (...)” Prometer às empresas que terão menos gastos significa que o peso dos novos projetos de plantações do Fundo proposto recairá ainda mais sobre os países Africanos já endividados e, portanto, sobre suas populações, e em especial sobre comunidades rurais africanas que correm risco de perder as suas terras mais férteis. Com a promessa agora aos investidores que os custos podem ser reduzidos em metade, tendem a aumentar ainda mais os impactos.

10. Importa ainda salientar que uma ONG de “conservação” é co-produtora deste Estudo que trata de investimentos que pretende beneficiar apenas empresas privadas. O próprio Estudo revela como **ONGs como a WWF**, hoje em dia não deveriam ser consideradas de ONGs, pois funcionam e actuam como ‘**braço direito da indústria de plantações**’. O Estudo refere a essas ONGs como “ONGs ambientais que tem priorizado a arrecadação de fundos privados para as plantações e outras atividades de conservação, em particular Conservação Internacional, TNC, WWF e outras organizações parecidas”. Por isso, não surpreende que enquanto várias ONGs abandonaram o FSC por não acreditar mais no selo, o WWF mantém-se, e é hoje a principal “ONG ambiental”, que legitima o sistema FSC, mas na realidade trata-se de uma das principais aliadas das empresas de plantações.

11. O relatório informa ainda que a ideia [deste Fundo] “foi apresentada na Finlândia numa mesa redonda com DFIs [sigla em inglês para as agências públicas de financiamento ao desenvolvimento], investidores e empresas de plantações”, e que o “retorno em geral [deste debate] foi positivo”. Que “Este Relatório Final (versão pública) representa os destaques do Estudo” e que “(..) **há uma coligação clara de DFIs interessados** em discutir melhor o assunto, incluindo: CDC [Reino Unido], Finnfund [Finlândia], IFC [Banco Mundial], NDF [dos países nórdicos: Finlândia, Noruega, Suécia, Dinamarca, Islândia] e FMO [Holanda]”.

Os trechos citados aqui do estudo revelam, dentre outras, que **existe uma versão não-pública do relatório, não acessível ao público**. Revela também que os produtores do Estudo, em conjunto com possíveis outros investidores públicos e privados mantiveram encontros para discutir, preparar e tomar decisões sobre investimentos **sem a participação das comunidades e demais sociedade civil nas regiões que serão mais afetadas**. Estas empresas e investidores depois de tudo decidido refugiam-se na aplicação do princípio do ‘consentimento livre, prévio e informado’ das comunidades, parece uma piada de mau gosto. Como as comunidades podem usar o seu direito de dizer não ao projeto, se tudo já está definido e decidido bem antes de ser apresentado?